

Público P2

Aprende-se
cada vez mais
a língua de
Camões no
país de
Cervantes

P4 a 11



Português na Galiza

A língua do desentendimento?

Apesar de o ensino do Português ter vindo a crescer, apenas 8% das escolas o incluem como língua estrangeira. Um cenário explicado tanto pela familiaridade do português com o galego como por um conflito interno, latente desde a criação da autonomia

Por José Miguel Sardo, na Galiza

O ensino da língua portuguesa para lá do rio Minho é um tema que desde logo poderia soar redundante aos ouvidos de muitos galegos – como os de Elias Feijóo, avesso a considerar o idioma de Camões como uma língua totalmente estrangeira. O director da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela (USC), um dos pilares da formação superior em língua galega, é também um fervoroso “lusista” e defensor do cha-

mado “reintegracionismo”: a convergência linguística entre o galego e o português. Um movimento com raízes no século XIX e intimamente associado aos defensores históricos da língua e da identidade galegas, que entreviam do outro lado da fronteira não só o passado como o futuro de uma língua comum – o galego-português. Um movimento que sobreviveria à dura perseguição do franquismo para finalmente poder testemunhar o reconhecimento do galego como língua co-oficial do território, ao lado do castelhano, após o fim da ditadura e a ratificação do estatuto de auto-

Camões em Compostela

Exemplos da camoniana da biblioteca da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela, que pôde ser apreciada até final de Janeiro numa exposição bibliográfica dedicada ao poeta português, a propósito dos 500 anos do seu nascimento

mia da Galiza, em 1981. Uma língua galega que, no entanto, desde então está longe de gerar consenso entre aqueles que defendem o “galego normativo”, aprovado oficialmente pela administração autonómica, e os apologistas do “galego reintegracionista”, que continua a reclamar a gramática portuguesa e não a espanhola como rumo linguístico.

“Na Galiza optou-se por uma via normativa e codificadora do galego que respondia a dois objetivos: por um lado, uma maior proximidade à fala popular; por outro, a tentativa de não se afastar em demasia do castelha- →

ALVARO ALVITE/UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA



no, baseada na ideia de que se poderia, desta forma, facilitar a mobilidade dentro de Espanha, ao contrário do que defendiam aqueles que em 1982 viam o galego como uma língua mais próxima do português”, lembra Elias Feijóo, que reconhece que hoje o fomento do ensino da língua portuguesa na Galiza é de certa forma uma vítima colateral de um conflito linguístico e político interno. “Também existe um claro debate no seio dos reintegracionistas, entre os que se opõem à entrada do Português como língua estrangeira e os que consideram que, mesmo através da via da língua estrangeira, é importante o ensino do Português, também para reforçar o galego actual, pois poderia suprir as carências em materiais e conteúdos e resolver o problema da falta de utilidade do galego fora das fronteiras da Galiza”, recorda o também docente de Língua e Cultura portuguesa na USC. Por esta cátedra já passaram professores portugueses como Hernani Cidade ou António Sérgio e na qual, assegura Feijóo, “a presença do mundo lusófono é uma constante”.

O Português, uma “questão de estado”?

Ao contrário de outras comunidades espanholas com menos vínculos linguísticos com Portugal – como a Extremadura, com mais de 30 mil alunos de Língua Portuguesa numa comunidade de cerca de um milhão de habitantes –, na Galiza, onde vivem quase 3 milhões de pessoas, apenas 11 mil estudantes dos diversos ciclos de ensino público, escolas privadas e outras financiadas pelo Estado português (via Instituto Camões) frequentam disciplinas relacionadas com o idioma ou com a cultura provenientes do outro lado da fronteira. Um número que apesar dos debates e fricções históricas sobre o tema quase quadruplicou nos últimos oito anos na opção de segunda língua estrangeira no ensino secundário.

Hoje, segundo os números disponibilizados pela Junta da Galiza, o governo autonómico, 72 dos 899 centros educativos públicos (cerca de 8%) disponibilizam o ensino do Português a 5 210 alunos, uma oferta, no entanto, ainda distante da opção do Francês, o segundo idioma estrangeiro mais estudado depois do Inglês e que se encontra disponível na maioria dos centros educativos. “Nós sempre sublinhámos a importância de os galegos estudarem Língua Portuguesa, porque consideramos que se trata de uma vantagem face a outras comunidades autónomas de Espanha. Mas é provável que essa proximidade linguística seja precisamente a mesma razão que leva menos alunos galegos a interessar-se pelo Português”, admite a directora de Inovação Educativa da Junta da Galiza, Judith Fernández. No departamento (ou *conselleria*) do governo autonómico consagrado à política educativa, a mesma responsável reconhece a sensibilidade do tema da língua e da identidade no debate político actual em Espanha. Uma discussão inflamada que opõe independentistas catalães ou bascos ao conservador Partido Popular (PP), à frente do governo galego de forma quase ininterrupta desde a criação da autonomia e do conceito de bilinguismo “pacífico” com a língua castelhana. Os líderes dos populares na Galiza sempre rejeitaram reconhecer a língua galega fora do contexto autonómico, tanto como língua co-oficial do Parlamento espanhol, aprovada sem o voto do PP, como enquanto idioma do Parlamento Europeu, rejeitado com o voto do partido. Uma decisão que, no caso de Estrasburgo, leva a eurodeputada galega do Bloco Nacionalista Galego

Ana Miranda a optar sistematicamente por expressar-se em português.

Uma dissonância à qual a directora de Inovação Educativa da Xunta prefere sobrepor um consenso inédito na Galiza em torno do Português: a lei autonómica Paz-Andrade, que versa sobre o aproveitamento da língua portuguesa e das relações com a lusofonia, tendo sido aprovada em 2014 com o apoio de todos os partidos políticos no parlamento galego. “É neste contexto que surgem as iniciativas que estamos a levar a cabo nos últimos anos, não só ao nível da promoção da cultura e da língua portuguesa nas nossas escolas, mas também com várias actividades educativas, como o programa ‘escolas de fronteira’ [promovido pela Organização de Estados Ibero-americanos], com um primeiro projecto-piloto no ano passado em que colaboraram seis escolas galegas e portuguesas. Ou, mais recentemente, o protocolo com o Instituto Camões para financiar os alunos galegos que pretendam obter o certificado Camões Júnior”, ressalta Fernández.

Um empenho que, no entanto, se mostra ainda tímido face ao objectivo da Lei Paz-An-

“*Nós começámos esta relação [Espanha-Portugal] a falar ‘portunhol’, mas a Galiza tem laços históricos muito mais importantes e isso tem de ser aproveitado*
Juan Manuel Vieites



drade de incorporar progressivamente a Língua Portuguesa como língua estrangeira no sistema de ensino. “Nós fazemos um seguimento do interesse no Português que em alguns locais é bastante constante. Mas, por vezes, também é bastante variável e depende não só da disponibilidade do professor como de um mínimo de alunos para formar uma turma – acreditamos também noutra tipo de acções que não estejam centradas apenas na língua para promover os vínculos com a cultura portuguesa”, explica Fernández. Um caminho que se faz passo a passo e com uma oferta essencialmente determinada pela procura, diz a directora de Inovação Educativa da Xunta. Das 800 bolsas Galemundo concedidas este ano pela administração galega aos alunos do secundário para estudar línguas no estrangeiro, apenas quatro se destinaram à aprendizagem do Português do lado de lá da fronteira.

Aprender Português graças ao galego

Marcos Vence é um dos cerca de 120 docentes de português a leccionar no sistema público de ensino galego, num dos ainda raros projectos que envolvem a via do ensino profissional plurilingue a partir do 11.º ano. Com as torres da catedral de Santiago de Compostela no horizonte, a escola secundária de San Clemente, situada na capital galega, é um dos cinco centros educativos autonómicos a recorrerem ao Português para leccionar disciplinas incluídas em ciclos de formação profissional. Desde 2011 que quase um milhar de alunos foram formados nesta escola em Administração de Sistemas Informáticos em Rede, um curso de dois anos ensinado em galego, castelhano e inglês e que inclui quatro módulos em português, como a aula que decorre durante a manhã, dedicada às aplicações informáticas. “Neste tipo de aulas, estamos a trabalhar numa perspectiva linguística totalmente diferente, uma vez que lidamos com alunos que, sem este tipo de abordagem, nunca teriam uma introdução ao conhecimento da língua portuguesa e que podem assim constatar na prática que o conhecimento do galego lhes vai permitir uma aproximação muito mais rápida ao português”, diz o professor de Informática.

Entre os cerca de 100 alunos que frequentam actualmente os dois ciclos de formação, Noa, de 18 anos, como a esmagadora maioria dos colegas, confessa só ter descoberto que a disciplina era leccionada em português, depois de se ter matriculado. “Regra geral, os alunos ficam surpreendidos e com algum receio, mas ao fim de algumas semanas já não estranham e hoje a maioria acaba por aproveitar para se apresentar aos exames de certificação de Português, de forma a poder contar com mais uma competência linguística no currículo”, sublinha Marcos. Uma vantagem reconhecida pela maioria dos alunos e que pode potenciar trabalhos tanto do lado de cá como de lá da fronteira; ou mesmo de ampliar os horizontes profissionais graças à presença de um assistente de conversação brasileiro nas aulas.

Interesse em aprender, falta de quem ensinar

O êxito desta fórmula de coabituação do Português no sistema educativo galego representa, no entanto, uma rara excepção num cenário ainda muito marcado pelo desentendimento, segundo María Vilaverde, presidente da Associação de Docentes de Língua Portuguesa na Galiza. “No ensino secundário não vemos um empenho por parte da administração galega



em aumentar as vagas de professores de Português; nos últimos concursos, foram abertas [apenas] quatro ou cinco vagas. Hoje, o ensino deste idioma depende em grande parte da iniciativa de professores de Galego, que já estão no quadro e que decidem abrir esta opção nos estabelecimentos de ensino, habitualmente para completarem o seu horário de trabalho”, afirma a também docente na escola pública de idiomas de Lugo, no interior da comunidade autónoma. “No que diz respeito às Escolas Oficiais de Idiomas [EOI] da Galiza, nem todas oferecem a possibilidade de aprender Português e naquelas em que este idioma se encontra disponível assistimos a outro problema: nem todos os professores dispõem do mesmo nível de competências em Língua Portuguesa, que deveria ser mais elevado, no mínimo à altura do nível C1 do Quadro Europeu de Referência para as Línguas”, destaca Vilaverde. Segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Camões, 3288 alunos frequentam este ano cursos de Português nas EOI da Galiza, um número que se mantém estável depois de um pico de quase o dobro de estudantes há sete anos. À alegada falta de procura da língua portuguesa evocada pela Junta, María Vilaverde contrapõe o exemplo de Verín, uma localidade fronteiriça perto de Chaves, onde o governo regional rejeitou criar uma vaga de professor, depois de uma campanha da associação de docentes ter recolhido cerca de mil assinaturas de possíveis interessados.

O imparável comboio da lusofonia

Em matéria de desentendimentos, Juan Manuel Vieites é um homem que gosta de criar pontes e forjar consensos, neste caso, não só a partir dos apelidos Batista de Sousa, herdados de um avô português, natural de Coimbra. O actual presidente da Confederação de Empresários da Galiza (CEG) é um dos 34 membros do chamado Observatório da Lei Paz-Andrade, que integra também as universidades galegas, o Conselho da Cultura Galega, bem como vários outros grupos e associações de língua portuguesa presentes na Galiza. É um órgão consultivo e foi estabelecido mais de uma década depois da aprovação da lei submetida ao parlamento por iniciativa popular, com 17 mil assinaturas. A tarefa do observatório passa por supervisionar a aplicação dos objectivos da Lei e de fomentar não só o ensino e relações culturais e linguísticas, mas também as relações



JOSÉ MIGUEL SARDO

comerciais com o espaço da lusofonia. “Portugal é um dos principais parceiros comerciais da Galiza e essa cooperação é cada vez mais próxima, nomeadamente no espaço da eurorregião Galiza-Norte de Portugal que hoje, na prática, se estende até Sines; e essa cooperação precisa de uma língua, uma língua comum, que merece ser aprofundada. Nós começámos esta relação a falar ‘portunhol’, mas penso que a Galiza tem laços históricos muito mais importantes e isso tem de ser aproveitado”, recorda Vieites. Um discurso com os olhos postos na linha de alta velocidade que deverá ligar o Porto a Vigo em 2032; ou nos projectos conjuntos da CEG com a Associação de Empresários Portugueses para captar novos mercados, tanto no espaço lusófono como na América Latina. “É verdade que persistem vários desafios na promoção do Português, como algumas escolas que têm dificuldade em manter a docência desta língua”, afirma o responsável da CEG que, no entanto, qualifica como positiva a aplicação da Lei Paz-Andrade, antes de mais, por constituir um reconhecimento explícito da língua portuguesa como uma “vantagem competitiva e um activo económico e cultural que fortalece os vínculos entre os dois territórios”, declara. Uma linguagem à qual o Governo português soube responder no mesmo idioma, ao ter acedido recentemente de forma positiva ao apelo da CEG para restabelecer o consulado-geral de Portugal em Vigo, avança Vieites.

As pontes do Minho

Perto da foz do rio Minho, em A Guarda, do outro lado da fronteira, encontramos Isabel Gonçalves, uma das três professoras de Português mobilizadas pelo Instituto Camões para colaborarem ao longo do ano com os seus homólogos galegos no ensino de Português em nove escolas secundárias. “Nós preparamos os programas com os colegas espanhóis enquanto professores colaboradores e trabalhamos em par pedagógico; no meu caso, estou mais centrada na parte da oralidade e do léxico”, detalha a professora de Português que, para além de A Guarda, dá assistência a outras duas escolas secundárias, uma perto de Vigo e outra em Pontearreas, a 20 quilómetros da fronteira com Monção.

Isabel reconhece que ao longo da chamada “raia” os eventuais desentendimentos directa ou indirectamente relacionados com o ensino

Espalhar a palavra

À esq., Burghard Baltrusch, professor de Literaturas Lusófonas e director da Cátedra José Saramago da Universidade de Vigo; em cima, aula de Informática do ciclo plurilingue da Escola Secundária San Clemente, em Santiago. Em baixo, Juan Manuel Vieites, da Confederação de Empresários da Galiza

Alunos de Português nas comunidades espanholas na fronteira com Portugal



Nota: Soma de alunos nas EOJ, na Rede Autonómica, Ensino Superior e EPE

Fonte: Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. PÚBLICO

“*A Galiza sempre manifestou a vontade de manter mais relações e Portugal só despertou para esta questão há duas décadas*”
Burghard Baltrusch

de Português parecem silenciar-se face a uma realidade evidente. “Ao contrário do que se pode passar noutras regiões da Galiza, aqui o português é uma realidade quase quotidiana, uma vez que muitos alunos têm familiares que vivem ou trabalham em Portugal e que vêm na aprendizagem da língua um benefício prático; também tenho alunos galegos que praticam desporto em Portugal, ou que cruzam frequentemente a fronteira para ir às compras ou passar em família; e muitos afirmam escolher o português por ser parecido com o galego”, recorda a professora que há nove anos trocou Portugal pela Galiza sem mudar de língua de trabalho. “No início, os alunos têm uma certa facilidade ao nível da compreensão, mas depois é difícil dar o salto, tanto a nível fonético como de vocabulário. Por isso, é importante partir das semelhanças, até para conseguir motivá-los, mas também apontar logo as diferenças, pois por vezes sentem-se tentados a utilizar palavras galegas que não funcionam em português, como ‘mercar’ para dizer ‘comprar’”, explica Isabel.

Os erros do galego-português

Das origens comuns de uma língua entre a Gallaecia romana e o antigo reino medieval da Galiza (então com a capital territorial em Braga e o centro literário em Compostela), ao vaivém da alta velocidade da eurorregião Galiza-Norte de Portugal, o rumo da “língua de Camões” a norte da fronteira pode ainda revelar ressentimentos, desta vez face ao lado português. Burghard Baltrusch é professor de Literaturas Lusófonas na Universidade de Vigo e até ao ano passado era membro da secção de língua do Conselho da Cultura Galega, o órgão responsável pela defesa e promoção dos bens culturais da autonomia. “A nível histórico, o facto de a língua portuguesa derivar do galego pode ser uma questão académica, mas em Portugal não existe consciência desse facto por causa de conceitos que são bastante anacrónicos, como o do galego-português na literatura medieval, uma vez que naquele momento a língua portuguesa ainda não existia”, afirma o director da Cátedra Internacional José Saramago da Universidade de Vigo. Segundo o docente universitário, este é um espaço de investigação, reflexão e cooperação académica transfronteiriça e foi criado com o apoio, entre outros, do Instituto Camões, também para abordar não só o conhecimento como o des-

conhecimento mútuo. “Historicamente, a parte galega sempre manifestou a vontade de manter mais relações e Portugal só despertou paulatinamente para esta questão há duas décadas”, recorda Baltrusch.

A Universidade de Vigo acolhe actualmente quase metade dos 2 679 estudantes matriculados nas disciplinas de Português ou de Cultura Portuguesa nos três estabelecimentos de ensino superior galegos. Como sublinha o professor catedrático, na teia complexa da história das línguas, a cidade de Vigo é hoje uma das mais “desgaleguizadas” na Galiza, sem que isso seja acompanhado de um desinteresse dos jovens universitários pelos estudos portugueses, a par da cada vez mais intensa teia de colaborações transfronteiriças entre as universidades galegas e portuguesas em áreas como a História ou a Ciência, potenciadas pelos fundos europeus.

O que falta fazer

Do lado do Governo português, Filipa Soares, em tom diplomático, prefere sublinhar os grandes entendimentos em torno da língua nacional sem ignorar os debates internos galegos. “Penso que nos últimos anos assistimos a um verdadeiro investimento no ensino do Português como língua estrangeira na Galiza, também numa perspectiva de valorização do próprio galego e temos consciência disso; mas vemos também uma consciencialização de que o Português é uma língua de projecção internacional e que gera oportunidades além-mar”, declara a coordenadora do Instituto Camões para Espanha e Andorra, de passagem por Santiago de Compostela, para assistir à comemoração dos 50 anos da Faculdade de Filologia.

Esta efeméride acontece num momento difícil para os chamados “galeguistas”, quando, pela primeira vez na história da autonomia, o número de habitantes que só falam castelhano supera aqueles que só se exprimem em galego. Também um momento em que o tema da língua portuguesa parece silenciar as habituais desavenças internas, ainda que por razões distintas. “O balanço da Lei Paz-Andrade para mim não é positivo, mas estamos habituados a que as coisas avancem mais lentamente do que esperado na Galiza. São precisos avanços, sem dúvida, mas não podemos negar que [a Lei] é um marco histórico, o facto de a Galiza legislar pela primeira vez a língua portuguesa”, diz o director da Faculdade de Filologia da USC. “Penso que nesta situação de relativa emergência linguística na Galiza é importante que possamos assistir a uma entrada maciça de materiais de países de expressão portuguesa, isto se não queremos continuar a testemunhar este declínio, até que o galego acabe por circunscrever-se a 25-30% de resistentes a esta situação”, conclui Elias Feijóo.

Mas a expectativa criada em torno do Observatório da aplicação da Lei Paz-Andrade parece transformar-se, aos poucos, numa nova evidência da complexidade da questão do português na Galiza. Reunidos pela primeira vez há uns meses, os 34 membros do conselho consultivo conseguiram chegar a um primeiro entendimento: o de criar diversas subcomissões antes de iniciar os trabalhos de forma regular numa data ainda a agendar para depois do Verão. Como afirmou um dia o escritor e político Alfonso Castelao – cujo 75.º aniversário da morte é assinalado este ano; considera-o como o “pai” da identidade galega e uma fonte de inspiração para todos os chamados “lusistas” –, “o bom na Galiza é que ainda há muita coisa para fazer”.